A *Folha de S. Paulo* em um país polarizado: sobre as greves na Educação (2014 e 2015)[1]

Tathiana Chicarino
Doutora em Ciências Sociais pela PUC/SP (área Ciência Política). Professora de pós-graduação da Sociologia e Política – Escola de Humanidades (FESPSP) e integra a equipe acadêmica dos MBAs da mesma instituição. Pesquisadora do NEAMP PUC/SP (Núcleo de Estudo em Arte, Mídia e Política). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa "Comunicação e Sociedade do Espetáculo" da Casper Líbero. Editora da Revista Aurora PUC/SP (Revista de Arte, Mídia e Política).

Marcella Pinheiro
Especialista em Mídia, Política e Sociedade, pela FESPSP

Rosemary Segurado
Doutora em Ciências Sociais (Ciência Política), pela PUC/SP Pós-doutorado em Comunicação Política, pela Universidade Rey Juan Carlos de Madrid, Professora do Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais da PUC/SP, Professora da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo – FESPSP, Pesquisadora do NEAMP PUC/SP, Editora da Revista Aurora

Resumo

O presente artigo analisa a cobertura do jornal *Folha de S. Paulo* durante as greves dos professores da rede pública de ensino municipal (em 2014), e estadual (em 2015). Para tal, fazemos uma análise de conteúdo de todas as matérias publicadas no período, de 23 de abril a 10 de junho de 2014; de 13 de março a 13 de junho de 2015. A operacionalização da análise virá da articulação entre os conceitos de agendamento da mídia e de enquadramento. Nossos resultados demonstraram que, em ambas as greves, o Jornal empregou um pacote interpretativo (GAMSON; MODIGLIANI, 1989) que as deslegitimava. A hipótese explicativa central foi a de que a produção discursiva do jornal está intrinsecamente articulada à conjuntura política, e que o tratamento dado às greves é consequência de determinado posicionamento político-ideológico em um contexto de disputas por hegemonia.

Palavras-chave: Greve; Professores; Educação; *Folha de S.Paulo*.

[1] Agradecemos as significativas contribuições feitas pelo parecerista ao texto final.

Introdução

Durante as greves dos servidores públicos da educação municipal e estadual de São Paulo, respectivamente nos anos de 2014 e 2015, o Brasil estava imerso em uma conjuntura conturbada com sinais de crise hegemônica que remontam às chamadas "Jornadas de Junho" (de 2013) e se estendem, pelo menos, até o *impeachment* de Dilma Rousseff.

Quando afirmamos estar diante de uma crise de hegemonia, situamos nossa perspectiva analítica no referencial gramsciano e, a partir dele, orientamos nossa própria compreensão do fenômeno social estudado. Por hegemonia, entende-se a busca pela supremacia de determinadas concepções de mundo, sendo elas materializadas em formas de agir e de pensar voltadas para o estabelecimento de um sistema de organização de condutas (FERREIRA, 1986) relativas às esferas política, econômica e social, sobretudo em seu substrato ideológico.

A reprodução com permanência de uma hegemonia se faz pela articulação entre "fenômenos de amplo alcance histórico ou de *longa duração* (como é característico, por exemplo, da formação das culturas políticas), mudando apenas em largos períodos" (CHICARINO; SEGURADO, 2019) e *processos de conjuntura*, quando contradições estruturais de mudança e conservação (GRAMSCI, 1968, p. 46) tornam-se evidentes. Portanto, durante a busca pela reprodução da hegemonia, há a oscilação entre momentos de crise e de estabilização.

A observação e consequente compreensão dos momentos de crise hegemônica pode advir da análise das disputas políticas próprias de uma conjuntura, sendo o discurso político-midiático um potente subsídio empírico para obtenção dessa síntese histórica (CHICARINO; SEGURADO, 2019), não em sua totalidade, mas em sua perspectiva multifacetada. Considerando-se que "o ambiente de comunicação afeta diretamente a construção e o significado das mensagens, portanto afeta também a produção de relações de poder na sociedade" (Castells, 2013, *apud* Gohn, 2017, p. 25).

Assim, escolhemos como objeto do presente artigo a cobertura realizada pelo jornal *Folha de S. Paulo* durante duas greves de professores do sistema público de

ensino de São Paulo, uma de âmbito municipal, ocorrida em 2014; e, a outra, de âmbito estadual, ocorrida em 2015.

Escolhemos analisar a *Folha de S. Paulo* por tratar-se de um dos principais veículos da grande imprensa brasileira, com permeabilidade em outros estados, para além de São Paulo, e com relevância nacional. É também um importante meio de comunicação e formador de opinião e, por meio do poder simbólico (THOMPSON, 1998), tem a capacidade de se tornar uma caixa de ressonância a ser reverberada por outros meios de comunicação, o que McCOMBS (2004) chama de *gatekeeping* ou agendamento intermídia.

Segundo dados de 2017, do Instituto Verificador de Circulação (IVC) [2], analisando a tiragem nacional e as assinaturas digitais, a média diária de exemplares do Jornal é de 285.334, sendo considerado o mais lido da cidade de São Paulo, ficando à frente do tradicional e mais antigo, *O Estado de S. Paulo*, e do *Valor Econômico*. É também o terceiro maior, no país, em número de circulação de impressos, os quais, quando somados às edições digitais, tornam a *Folha de S. Paulo* o maior jornal do Brasil. Em Pesquisa Brasileira de Mídia, encomendada pela Presidência da República ao Ibope e realizada em 2016[3], é considerado o segundo mais lido pelos entrevistados.

A análise da cobertura da *Folha de S. Paulo* sobre as duas greves foi realizada a partir da articulação entre os conceitos de agendamento da mídia e de enquadramento, ambos operacionalizáveis em técnicas de investigação de conteúdos jornalísticos. O agendamento tem como pressuposto fundamental a concepção de que a mídia de massa é capaz de transferir para a audiência a relevância dada às notícias (McCOMBS, 2004), não como uma intervenção direta no comportamento dos seus leitores, mas cumprindo a função social de definir a agenda pública, ou seja, temas e personalidades que se tornarão assunto em conversas cotidianas.

[2] https://ivcbrasil.org.br/#/auditorias Acessada: nov. 2019.
[3] http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisabrasileira-de-midia-pbm-2016-1.pdf/view Acessada: nov. 2019.

Há uma relação direta e causal entre o agendamento e a percepção pública acerca deste em um determinado período (McCOMBS, 2004), possível devido à construção interpretativa da imprensa ou ao enquadramento que é produzido.

> Os enquadramentos da mídia [...] organizam o mundo tanto para os jornalistas que escrevem relatos sobre ele, como também, em um grau importante, para nós que recorremos às suas notícias. Enquadramentos da mídia são padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos organizam o discurso, seja verbal ou visual, de forma rotineira (GITLIN, 1980, P 7 *apud* PORTO, 2004, p. 80).

São inúmeras as possibilidades de produção de enquadramentos, de criação de explicações sobre a realidade social, estando elas amparadas ou não em parâmetros científicos ou factuais. Contudo, para garantirmos sistematicidade ao estudo, é necessário o estabelecimento de balizas metodológicas a fim de orientar a análise. Para tanto, optamos por considerar os seguintes tipos de enquadramento[4]:

> 1. restrito: quando uma única interpretação é colocada em evidência; 2. plural-fechado quando mais interpretações surgem e são hierarquizadas segundo algum critério valorativo; 3. pluralaberto quando mais interpretações surgem, mas não há uma hierarquização pré-determinada; 4. episódico quando há a priorização da descrição e não da interpretação da notícia (na maior parte das vezes, é criado pelos jornalistas, o próprio agente da mídia); 5. avaliativo quando a mídia (seja pelo jornalista em colunas de opinião ou pelo editorial) emite um juízo de valor; e, 6. interpretativo quando há uma avaliação particular de temas e/ou eventos políticos, promovidas por atores sociais diversos, incluindo representantes do governo, partidos políticos, movimentos sociais, sindicatos, associações profissionais (PORTO, 2004, p. 93)[5].

Esse será o desenho metodológico do presente artigo, que tem por objetivo compreender o agendamento e o enquadramento discursivo dado pela *Folha de S. Paulo* à luta dos docentes. Nossa hipótese explicativa central é a de que a produção discursiva do jornal está intrinsecamente articulada à conjuntura política, e que o

[4] Metodologia adaptada ao escopo desta pesquisa, a partir dos referenciais de Porto (2004), McCOMBS (2009) e do grupo de pesquisas NEAMP (Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política) em http://www.pucsp.br/neamp/ Acessado: jan. 2019

[5] In: CHICARINO, Tathiana. **A DISPUTA POR UM PROJETO POLÍTICO HEGEMÔNICO***:* O caso da revista Veja na transição democrática 1974-1985. São Paulo, 2015, Dissertação de Mestrado ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

tratamento dado às greves é consequência do posicionamento político-ideológico dessa mídia no coevo contexto de disputas por hegemonia.

Para tanto, estruturamos o texto em três partes, para além da introdução e das considerações finais. Em um primeiro momento, abordaremos a conjuntura histórica em que as greves se desenrolaram. Em seguida, analisaremos o discurso e o direcionamento adotado pela *Folha de S. Paulo,* em relação à greve municipal de São Paulo, em 2014, e, posteriormente, à greve estadual de 2015.

A conjuntura histórica

A greve dos professores da rede municipal, em 2014 ocorreu na gestão do prefeito Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores (PT). Iniciou-se em 23 de abril, quase um ano após as históricas manifestações de 2013. O clima de insatisfação com o governo federal liderado pela presidente Dilma Rousseff, também do PT, era grande: o preâmbulo da crise econômica se anunciava; uma crise de hegemonia se tornava patente; a Copa do Mundo, no Brasil, prestes a ocorrer, tornava-se palco de liberação do descontentamento acumulado no ano anterior. Diversas manifestações e movimentos contra esse evento internacional estavam acontecendo, especialmente pelos elevados custos de suas obras e pelo impacto que teriam em populações removidas dos locais escolhidos para sua ocorrência. A essa conjuntura, somamos a eclosão de greves de diversos setores municipais e estaduais, em um ano eleitoral.

O entendimento desse momento histórico, com suas disputas e desdobramentos, é fundamental para que compreendamos a abordagem e o “tom” discursivo da imprensa no momento de sua ocorrência, especificamente no que tange ao seu posicionamento como ator político.

O mês de junho de 2013 tornou-se o período com a maior série de manifestações de rua, manifestações similares a três importantes momentos da história do país:

> 1992, no impeachment do ex-presidente Collor de Melo; em 1984, no movimento Diretas Já, no período do regime militar, na luta pelo retorno à

> democracia; e nos anos de 1960, nas greves e paralizações pré-golpe militar de 1964, e nas passeatas estudantis de 68 (GOHN, 2014, p.431).

Nomeada de “Jornadas de Junho”, essa onda de protestos se espalhou pelas principais cidades do Brasil. Somente em São Paulo ocorreram 470 manifestações. No primeiro momento, as pessoas se opunham ao aumento no preço das passagens de ônibus, com atos iniciados pelo Movimento do Passe Livre (MPL), grupo presente em diversas cidades do país, grupo que luta por outro projeto de transporte, pela democratização do acesso ao espaço urbano e aos seus serviços a partir da “Tarifa Zero”.

Com o fortalecimento da luta, aos poucos a pauta se ampliou, momento no qual a disputa pela direção dos protestos foi iniciada. Com a repercussão e o apoio de 55% dos paulistanos, (segundo dados do Datafolha de 2013[6]), de um lado, e a crítica ferrenha da mídia, de outro, um acontecimento importante ativou a mudança do curso das manifestações: a forte repressão policial na manifestação de 13 de junho, em São Paulo, quando a Polícia Militar atacou manifestantes e jornalistas, deixando mais de 150 feridos.

Esse acontecimento despertou a solidariedade e a adesão de pessoas que ainda não tinham se envolvido no movimento. Os protestos se tornaram diversificados do ponto de vista ideológico: as pautas se ampliaram e demandas que não estavam diretamente ligadas ao aumento de vinte centavos da passagem (em São Paulo) começaram a surgir.

As manifestações expressavam estados de indignação face à conjuntura política nacional, sentimento que levou “milhares de pessoas a se mobilizarem, a sair da zona de conforto, aderindo a causas coletivas e as levando para as manifestações” (HESSEL, 2011; MOORE, 1987; CASTELLS, 2013; JASPER, 2016 *apud* GOHN, 2017, p. 17). As mobilizações adquiriram um caráter de movimento de massa, de revolta coletiva, aglutinando a indignação de diferentes classes e camadas sociais.

[6] Pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha em 13 de junho de 2013, a partir de 815 entrevistas no município de São Paulo, referente aos protestos contra o reajuste da tarifa do transporte público. http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2013/06/1297619-cresce-apoio-a-protestos-contra-a-tarifa-de-onibus-entrepaulistanos.shtml. Acessado: nov. 2019.

Tomando proporções e rumos diferentes, o leque de demandas acaba por ampliar-se para temas como Saúde e Educação, até dispersar-se para um “contra tudo”. Nesse ambiente, irrompeu uma repulsa à categoria política, tornando-se um evento contra a corrupção, capaz de ativar um “repertório patriota, com símbolos, cores, hino e slogans nacionais (‘verás que um filho teu não foge à luta’; ‘o gigante acordou’)” (ALONSO, 2017, p. 52). Foi o momento da fragmentação discursiva.

> Não era um “todos contra tudo o que está aí”. Havia dominâncias de pauta em cada setor da mobilização. Autonomistas e socialistas se situaram à esquerda do governo do PT, com agenda reformista, mais e melhores políticas públicas e expansão de direitos. O setor patriota ia do liberalismo (a favor do Estado enxuto e eficiente “padrão Fifa”) ao conservadorismo (pró-ditadura militar), com foco no rechaço a instituições políticas, políticos e partidos, e na identificação do PT com a corrupção, via Mensalão (“Corruptos”). No dia 26, veio o primeiro
> “Fora Dilma!”. No 29: “Justiça! Queremos os mensaleiros na cadeia! e “Procurando Lula!” (ALONSO, Angela, 2017, p.52)

Políticos e movimentos sociais associados à esquerda passaram a ser hostilizados em diversas manifestações; bandeiras partidárias foram rejeitadas. Diante desse cenário, depois de alcançado o objetivo inicial de revogação do aumento das passagens, o MPL se retirou, pelo menos temporariamente, das ruas. O tom dos atos já não era o mesmo: as pautas de orientação mais características do espectro ideológico da esquerda migraram para o seu polo oposto.

O que era então uma crítica geral aos diferentes governos, transformou-se em antipetismo. Os protestos chamaram a atenção da presidente Dilma Rousseff que, oito dias depois, propôs em rede nacional cinco compromissos para as áreas de Saúde, Educação, Transporte, além de responsabilidade fiscal e controle da inflação. Sugeriu também que se fizesse um plebiscito sobre o tema da reforma política, atitude rechaçada por seus opositores, mas também por seus supostos aliados.

Como observa Gohn:

> O movimento expressa uma profunda falta de confiança em toda forma de política e na categoria de políticos. Por isso, sua mensagem foi respondida por milhares que se uniram a eles, indo às ruas. Eles querem outro país, onde a ética e a política andem juntas. Querem uma revolução na forma de operar a política, e não uma reforma ou remendo no que existe. Não confiam na

> política atual e nem nos políticos. Negam a política atual, e isso também é uma forma de propor outra coisa. A exemplo do MPL, que se declara apartidário, mas não antipartidário, eles querem renovar a política e o tipo de partidos e políticos atuais [...] não se sentem representados no quadro político institucional existente. Eles não têm canais de expressão. Com isso, detecta-se também uma crise de representação social desses grupos e uma crise de legitimidade das instituições públicas (GOHN, 2014, p. 435 e 436).

Ainda após o desfecho das "Jornadas de junho", a insatisfação de amplos setores da população permanecia grande, e as pautas diversas se mantinham em destaque e discussão, configurando um momento de extrema ebulição política e social. Chegamos, assim, ao ano eleitoral de 2014, com outros acontecimentos políticos que alimentariam ainda mais o clima de indignação: o julgamento do Mensalão e a nova operação da Polícia Federal para investigar crimes de corrupção, a *Lava Jato*.

A popularidade[7] da presidente Dilma foi abalada depois das manifestações, passando de 57% de ótimo e bom, na 1ª semana de junho de 2013, para 30% no final do mesmo mês, não conseguindo mais ultrapassar a barreira dos 42% (marca obtida após sua reeleição). Um indicador que demonstrava a incapacidade do governo de reagir (e lidar com as solicitações de uma ampla parcela da população) a partir de um discurso de unificação que pudesse arrefecer uma polarização que iria se acentuar nos anos subsequentes.

É nesse contexto que entra em cena, com forte protagonismo resultante de uma intensa atuação nas redes sociais nos estertores das "Jornadas de Junho", a contracorrente do Movimento Passe Livre (MPL): novos movimentos como o neoconservador MBL (Movimento Brasil Livre), o neoliberal VPR (Vem Pra Rua) e o reacionário Revoltados On-line. A atuação desses grupos foi fundamental nos rumos das manifestações a partir de 2015. Conforme avaliação de Gohn (2017, p. 60), "uma nova cultura política foi sendo tecida [...] criou-se no imaginário da sociedade a figura do grande causador dos problemas nacionais: a corrupção".

Essa contracorrente político-ideológica inicia o ano de 2014 com ações movidas contra o governo federal e o PT, articuladas junto a políticos de oposição, que tomaram a dianteira após cooptação e incremento de algumas das pautas levantadas no ano

[7] http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2013/06/1303659-aprovacao-a-governo-dilma-rousseff-cai-27-pontos-emtres-semanas.shtml Acessado: nov. 2019.

anterior, especialmente no que se refere a: 1) Moralização reguladora dos costumes e modos de vida; 2) Denúncia da má qualidade dos serviços públicos; 3) Centralidade da corrupção como um infortúnio, concepção que coloca a PEC[8] 37 como um alvo prioritário; 4. Aceleração da crise econômica e fiscal.

O descontentamento com a Copa do Mundo contribuiu para o cenário negativo. De um lado, havia os insatisfeitos por terem ficaram excluídos do evento devido aos altos custos dos ingressos; por outro, havia aqueles que não concordavam com os volumosos gastos para a preparação do Mundial.

Iniciaram-se, assim, as mobilizações anti-Copa e, embora em menores proporções se comparadas às anteriores (de 2013), tiveram papel importante na trajetória discursiva da imprensa, especificamente na da *Folha de S. Paulo*, incidindo nos eventos analisados neste artigo, a saber: as greves de professores da rede paulistana em 2014 e da rede paulista em 2015.

A greve dos Professores da Rede Municipal da cidade de São Paulo

Os professores da rede municipal de São Paulo entraram em greve em abril de 2014 e a finalizaram em 04 de junho de mesmo ano. Foram 42 dias de paralisação com a conquista de alguns pontos reivindicados pelos docentes, que a consideraram vitoriosa. Dentre as principais reinvindicações estavam: a incorporação de um bônus de 15,38%, anunciado pela Prefeitura, para quem recebesse o piso salarial, o que representaria o aumento do piso; a solicitação de construção de novas escolas para dar vazão a demandas regionais; melhorias na infraestrutura e na organização das escolas existentes, com ações para evitar a superlotação das salas e a presença de professor auxiliar para os alunos especiais.

Durante esse intervalo temporal, a greve dos professores dividiu espaço com outros acontecimentos na cobertura da imprensa em geral e da *Folha de S. Paulo* em específico, sendo abordada a partir de viés negativo por tratar-se de mais uma

[8] Uma proposta de emenda à Constituição que segundo seus detratores limitaria os poderes de investigação do Ministério Público. https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=507965 Acessado: nov. 2019.

manifestação capaz de atrapalhar o funcionamento dos serviços do país (lógica discursiva recorrente).

Recorrendo ao subsídio empírico selecionado na presente análise, contabilizamos 18 matérias produzidas pelo jornal *Folha de S.Paulo* em duas editorias distintas, *Cotidiano* e *Poder*, durante os 42 dias de ocorrência da greve. Diante do momento político em que estavam acontecendo diversas manifestações e greves, o modelo de comunicação proposto pelo jornal foi inserir matérias sobre a greve na editoria *Poder*, dentro de uma temática por eles criada e intitulada *A Copa como ela é*. Esse dado empírico já nos dá pistas acerca do enquadramento adotado pelo veículo, tendo em vista que se há uma coerência editorial em criar essa seção para que se publiquem as atualizações do evento que se aproxima, não nos é evidente que a reivindicação de uma categoria laboral se situe no mesmo campo discursivo.

Esse direcionamento é um exemplo claro do enquadramento que o Jornal adotou. Referente às bases teóricas de Bernard Cohen abordadas por McCOMBS e Shaw (1972, p. 1977 *apud* Porto, 2004, p. 76), “a mídia pode não ter muito sucesso em dizer às pessoas *o que* pensar, mas seria muito eficiente em determinar *sobre o que* as pessoas devem pensar” (Porto, 2004, p. 76). Assim, concluem que “a cobertura da mídia afeta “sobre o que” o público pensa (o primeiro nível de agendamento) e “como” o público pensa sobre esses temas (o segundo nível de enquadramento)” (Porto, 2004, p. 76 e 77).

É importante observar que o tema se estendeu para uma editoria que, por característica do Jornal, não é o espaço destinado a temas tão centrais da cidade de São Paulo. Sendo assim, o veículo, indiretamente, abordou tudo que estava acontecendo no país como uma questão de descontentamento com o governo federal, levando a um direcionamento na compreensão do leitor. Isso poderia ter sido diferente se as publicações estivessem apenas na editoria *Cotidiano*. Diante dessa organização do Jornal, é importante destacar que a motivação da greve dos professores do município de São Paulo não estava relacionada com o descontentamento com a gestão de Dilma Rousseff.

Foram 8 matérias publicadas na editoria *Cotidiano*, que noticiaram a greve dos professores; e 10, na editoria *Poder* (*A Copa como ela é*); que, em sua maioria resultaram em reportagens que abordavam outras greves que aconteciam no país, além das manifestações de temas distintos. O enquadramento adotado pelo jornal pode ter gerado confusões na interpretação, pois mesclaram temas e informações[9] que não estavam relacionadas às reinvindicações e à luta dos professores da rede municipal da cidade de São Paulo, como, por exemplo, em matéria que aborda diferentes tipos de greves com o título "Ameaçando parar metroviários querem reajuste de 'dois dígitos'.

> Goffman define enquadramentos como os princípios de organização que governam os eventos sociais e nosso envolvimento nesses eventos. Segundo o autor, tendemos a perceber os eventos e situações de acordo com o enquadramento que nos permitem responder à pergunta: "O que está ocorrendo aqui?". Nesse enfoque, enquadramentos são entendidos como marcos interpretativos mais gerais, construídos socialmente, que permite às pessoas dar sentido aos eventos e às situações sociais (PORTO, 2004, p. 78).

A abordagem nas matérias da editoria *Poder* pode ser caracterizada por um enquadramento episódico, quando há apenas uma descrição do evento, mantendo um caráter informativo. Por exemplo: o que havia acontecido nos dias de assembleia e de manifestações realizadas pelos professores. As matérias são pouco consistentes do ponto de vista jornalístico e incompletas factualmente, sem nenhuma complementação na editoria *Cotidiano*.

À falta de aprofundamento acerca do assunto em um dos principais jornais do país e da cidade de São Paulo somamos um baixo agendamento, uma técnica utilizada pela mídia para mobilizar em diferentes graus questões que passam a integrar certa opinião pública, organizando fatos que antes pareciam caóticos, dentro de um determinado esquema interpretativo orientado por determinados valores (RUBIM; AZEVEDO, 2009).

Esses são indicadores do posicionamento editorial adotado pelo veículo. Dizem diretamente sobre a capacidade que a mídia de massa tem de "[...] estruturar e

[9] https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/05/1460191-ameacando-parar-metroviarios-querem-reajuste-de-doisdigitos.shtml Acessado: nov. 2019.

organizar imagens, ao mesmo tempo contingentes e permanentes, tanto no plano sociológico (construção social da realidade e padrões de sociabilidade), como político (formação da opinião pública e escolha eleitoral) (AZEVEDO, 2004, p.43)".

O baixo agendamento da greve por parte da *Folha de S. Paulo* pode negar a possibilidade que o leitor tem de conferir ou não importância ao acontecimento, de enxergá-lo a partir da ótica do interesse público. A forma como o tema é inserido pela mídia influência nas preferências e na atenção que o leitor dará aos temas e personalidades.

As duas primeiras matérias foram publicadas na editoria *Cotidiano*, ambas com enquadramento episódico. A primeira[10], uma pequena nota sobre o início da greve e, a segunda, uma foto da passeata dos professores, com um pequeno texto noticioso sem contextualização ao leitor. Ressaltando que o enquadramento episódico:

> Faz com que as pessoas atribuam a responsabilidade pelos problemas políticos e sociais a indivíduos, em lugar da consideração de forças ou fatores sociais mais amplos. Em conseqüência, a relação entre estes problemas e a ação, ou falta de ação, de líderes políticos fica obscurecida [todavia] os efeitos de enquadramento tendem a depender do tema, em lugar de refletir um mesmo padrão universal (PORTO, 2004, p. 86).

Na terceira reportagem publicada em 14 de abril de 2014, primeira na editoria *Poder* (*A Copa como ela é*), o enquadramento e o discurso adotados pelo jornal ficam mais evidentes. Com o título *Grupos prometem protestos em 50 cidades*, a matéria começa dizendo que movimentos sociais estão criticando os gastos públicos com o Mundial e pedindo moradia; e no *olho* da reportagem (destaque do tema em negrito), articulam com: *Em São Paulo, cerca de 5.000 mil professores em greve fecharam a Av. Paulista em protesto contra a gestão Haddad.* Assim, a *Folha de S. Paulo* relaciona a greve dos professores às manifestações contra a Copa do Mundo. Uma convergência geral, por fim, de todas as pressões exercidas contra o governo federal,

[10] https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2014/04/1444596-sindicato-aprova-greve-de-professores-em-escolas-municipaisde-sao-paulo.shtml Acessado: nov. 2019.

levando o leitor a um viés interpretativo que o induz a crer que os docentes, naquele momento, estavam também contra Dilma Rousseff e o PT, principalmente pelo fato de a prefeitura de São Paulo estar sob a gestão de Fernando Haddad, do mesmo partido. Outro elemento discursivo importante é a foto que ilustra a matéria, da manifestação dos professores na Av. Paulista. Na reportagem, porém, pouco se fala sobre ela. Conforme destaca Porto (2004), a maneira como a informação é enquadrada pelo jornal define e constrói uma realidade.

Ao se completar um mês de greve, tem-se quatro matérias que tratam diretamente do assunto e outra que usa a assembleia dos professores, ocorrida em 23 de maio de 2014 (quando se decidiria pela continuidade ou não da paralisação), como um fator contextualizador das manifestações contra a Copa do Mundo. Publicada como uma reportagem de página inteira, na editoria *Cotidiano*, ela vem com informações mais completas que possibilitavam maior entendimento do cenário: colocaram posicionamentos distintos relacionados à greve, sendo um a favor, o de Cláudio Fonseca, vereador e presidente do Sinpeen (principal sindicato dos professores municipais); e um contra o do secretário municipal de educação, Cesar Callegari. Acionava-se, assim, o enquadramento plural-aberto, quando mais interpretações surgem, mas sem hierarquização pré-determinada.

A lógica discursiva central da *Folha de S. Paulo* foi agendar outros eventos no mesmo escopo que a greve dos professores da rede municipal, incorporando todo tipo de reinvindicação ao mesmo texto e mantendo o enquadramento de que fazem parte de semelhante “pacote” de insatisfação contra a gestão de Dilma Rousseff. Observa-se a atribuição subjetiva de significados específicos aos acontecimentos, “tecendo uma conexão entre ele e definindo caráter das controvérsias políticas” (Gamson; Modigliani, 1987, p. 143 *apud* Porto, 2004, p. 81). Um exemplo dessa incorporação são as notícias sobre uma possível paralisação dos metroviários de São Paulo (sob a gestão do governador Geraldo Alckmin, do PSDB, portanto, de opositores do PT), sendo inseridas na pauta da greve dos professores municipais.

Nas matérias dos dias 27 e 28 de maio de 2014, na editoria *Poder* (*A Copa como ela é*), o Jornal relaciona diretamente os acontecimentos (greve dos professores,

paralisação dos metroviários, entre outros) com as ações específicas contra a Copa do Mundo. Destaque para o título do segundo dia: *Servidores do Metrô e da Prefeitura de SP anunciam greve*. Mais uma vez, paralisações que não tinham qualquer relação com a gestão da então presidente Dilma Rousseff. Nesse caso específico, tratava-se de questão de nível estadual que foi articulada em uma mesma lógica discursiva.

Com o título *Três manifestações fecham o Viaduto do Chá* (Linha fina: *Protesto de comerciários, de professores e de moradores de rua reúnem 2.800 pessoas na Prefeitura de São Paulo*), a reportagem do dia 30 de maio de 2014, publicada na editoria *Poder* (*A Copa como ela é*), direciona as manifestações que aconteceram no mesmo dia, na cidade de São Paulo, exclusivamente à prefeitura. A partir do quadro interpretativo do conteúdo, a abordagem discursiva do veículo relaciona implicitamente tudo o que estava acontecendo no país e, em específico na cidade, ao governo petista (municipal e federal, indistintamente), sem abordar de maneira clara e objetiva que as reinvindicações eram diferentes. Possivelmente, no imaginário do leitor que estava acompanhando as notícias da *Copa como ela é*, a insatisfação do país inteiro era de responsabilidade do governo federal, como se todas as pessoas que estavam participando das manifestações ou entrando em greve, cada categoria com suas demandas específicas, estivessem de alguma forma fortalecendo o movimento anti-Copa e contra o PT.

Próximo ao final da greve, mais especificamente um dia antes de seu término (02 de junho de 2014), a *Folha de S. Paulo* publica na editoria *Cotidiano* uma reportagem de página inteira intitulada: *Com escolas em greve, mães deixam o trabalho.* A paralisação dos professores seria, então, algo prejudicial, pois, segundo relatos selecionados, ela atrapalhava a rotina de mães, pais e estudantes. Ao longo do texto, as falas dos responsáveis demonstram ao leitor o quão prejudicial estava sendo a greve, como se vê nas aspas em destaque: "*Já comprei até uma lousa para continuar ensinando as coisas que ela estava aprendendo na escola"; "Estou faltando,*

tenho medo de ser demitida quando voltar"; "O fato de as crianças ficarem sem merenda acarreta em gastos extras[11]*"*.

Esse conteúdo jornalístico em específico sintetiza o caráter de desvalorização da temática, colocando a greve como negativa, sem contextualizar o leitor sobre os motivos da paralisação. Ainda no decorrer do texto, histórias de famílias ganham destaque, como no início da matéria, quando contam que uma mãe parou de trabalhar para cuidar da filha por causa da greve.

Nesse sentido, Aranha (1996, p. 68) analisa que:

> Um noticiário que se apresenta como 'objetivo', com informações aparentemente neutras, na verdade resulta de seleção e interpretação, dando ênfase a alguns assuntos e descuidando de outros. Ao se noticiar uma greve de professores, por exemplo, destacar o fato de as crianças ficarem sem aula e não a luta por salários mais justos 'é uma maneira sutil de 'tomar partido'.

A greve dos Professores da Rede Estadual de São Paulo

A greve dos professores da rede estadual ocorreu em 2015, durante a gestão do governador Geraldo Alckmin, do PSDB, partido que no momento estava há, aproximadamente, 17 anos no comando do governo estadual. A insatisfação popular continuava e aquele ano também seria marcado por uma série de greves e

mobilizações país afora, bem como pela intensificação da polarização política, especialmente após as eleições presidenciais em que Dilma Rousseff (PT) derrotou Aécio Neves (PSDB).

Novas manifestações voltaram a tomar as ruas do Brasil, com pautas menos relativas a serviços públicos e mais focadas na atuação política: eram contrárias à corrupção, com destaque positivo às investigações da Operação Lava Jato; negavam a política e os políticos; pediam o *impeachment* da presidente; eram declaradamente contrárias ao Partido dos Trabalhadores (PT).

[11] www1.folha.uol.com.br/educacao/2014/06/1463566-com-escola-em-greve-maes-deixam-trabalho-para-cuidar-dos-filhosem-sp.shtml. Acessado: jun. 2014.

Maria da Glória Gohn (2017, p. 62) destaca que a questão político-partidária entra em cena, sendo um fator de divisão entre a população:

> Em 2015 as principais lideranças nas megamanifestações apelaram para a negação no campo da política partidária de certos políticos, sob o argumento de combate a corrupção, falta de ética etc., e defenderam pautas que entraram em consonância com o desejo de grandes contingentes da população, que é a defesa do Estado ético, transparente, mas sob a ótica liberal.

O ano estava marcado pelo fortalecimento da crise econômica, somado à crise política causada pelas denúncias de corrupção, com os atores políticos endossando ainda mais o discurso de retorno da inflação e desemprego, crise fiscal e outros temas. As ruas estavam sendo disputadas também por uma parte da população que estava em defesa da presidente e questionavam algumas medidas adotadas, principalmente a política econômica: mas eram contra a retirada da mandatária federal.

Pode-se dizer que dois conteúdos programáticos e ideológicos estavam disputando hegemonia: 1) Em defesa da presidente eleita, acusando um golpe em gestação; em defesa de direitos e de políticas sociais, contra a lei da terceirização (era engendrado pelos movimentos sociais tradicionais, mais característicos da esquerda). 2) Pautando o *impeachment*; levantando a bandeira de combate à corrupção, sendo necessário, por conseguinte, combater também o PT; Defendendo a necessidade de reforma do Estado (era pautado pelos movimentos MBL e VPR, contracorrente das manifestações de 2013, iniciadas pelo MPL).

Segundo Gohn (2017), a manifestação de 15 de março de 2015 marcou a volta da multidão às ruas, sendo que os grupos que a protagonizavam encabeçavam o segundo conteúdo programático e ideológico acima descrito, que incorporou novas camadas sociais, principalmente a classe média, às suas hostes. Mas essa agenda acabou se concentrando em um ponto: o *impeachment* de Dilma. A pauta se manteve no cerne político até dezembro de 2015, quando o pedido de retirada da presidente foi acolhido na Câmara dos Deputados e comemorado por parte significativa da população, em 13 de dezembro de 2015, momento em que novas manifestações pressionavam o legislativo para que se votasse a favor do *impeachment*.

De modo paralelo a essa agitada conjuntura, ocorriam reivindicações de outros movimentos no país inteiro, e o crescimento numérico das greves em diversos setores. Era um momento em que o funcionalismo público, não apenas em São Paulo, estava em defesa de direitos já conquistados, contra redução de salários e por melhores condições de trabalho. As ações grevistas ganharam destaque e, por conta da instabilidade do país, as mobilizações se caracterizavam por um caráter imediatista, condicionadas pela dúvida e dificuldade de percepção de futuro. Essas percepções foram apresentadas no Balanço das Greves de 2016, realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE[12]).

Baseado no levantamento oficial do DIEESE, o aumento das paralisações foi iniciado em 2012, com 2.093 greves no país. Esse número é um pouco maior que o levantado em 2013, que registrou 2.050 greves, o então recorde para a série histórica iniciada em 1984. Embora o DIEESE não tenha realizado o mesmo estudo nos anos de 2014 e 2015, o patamar dos anos anteriores se manteve. Em 2015, foram cerca de 2 mil greves no país, como a dos funcionários do Metrô de São Paulo, das universidades federais, dos metalúrgicos, dos petroleiros, dos profissionais de Educação do Paraná e do Rio Grande do Sul, e a dos professores estaduais de São Paulo.

Os professores do Estado de S. Paulo protagonizaram a greve mais longa da história do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP). Foram 92 dias de paralisação, de 13 de março a 12 de junho de 2015, com ao menos 24 manifestações, encerrada com a derrota dos docentes. Entre as reinvindicações, estavam o aumento de 75,33% para equiparação salarial com as demais categorias com formação de nível superior, rumo ao piso do DIEESE, com jornada de 20 horas semanais de trabalho.

É importante contextualizar o dia em que a categoria, junto à APEOESP, decidiu em assembleia aderir à greve. Vinculada a essa deliberação, os professores tomaram um posicionamento político de fortalecimento da defesa ao PT, por conta do contexto político do momento, mas também pela relação histórica que mantêm com o partido

[12] https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2016/estPesq84balancogreves2016.html Acessado: nov. 2019.

pela confluência de pautas e pelo compartilhamento de quadros. Algo que pode nos fazer compreender a hostilidade mútua entre os representantes sindicais da categoria e o partido há mais tempo no poder no estado de São Paulo – um contexto político-ideológico, que pode ter incidido no viés discursivo do jornal analisado neste trabalho.

É possível comprovar o apoio da categoria ao PT, no informe do boletim oficial da APEOESP, veiculado em 13 de março de 2015, em que oficializa seu posicionamento, informando que, logo após a assembleia, a categoria seguiu em caminhada junto às organizações e movimentos que estavam na rua em apoio ao governo federal, em defesa da democracia, em defesa dos direitos dos trabalhadores, da Petrobrás, e pela reforma política.

Além da APEOESP, no mesmo 13 de março de 2015, a CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) e a CUT (Central Única dos Trabalhadores) decidem se juntar no chamado Dia Nacional de Luta ou Ato Nacional: em defesa da Petrobrás, dos Direitos e da Reforma Política, que também aconteceu em São Paulo, e que contou com 12 mil pessoas. Essa mobilização nacional fora convocada e organizada por movimentos tradicionais que, naquele momento declaravam apoio à presidente, reiterando suas lutas a favor das políticas sociais, denominadas “pautas antigolpe”. Entre os principais apoiadores estavam: MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), CUT, UNE (União Nacional dos Estudantes), MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto).

No que se refere ao nosso objeto empírico de pesquisa, cabe dizer que foram 33 matérias publicadas pelo jornal *Folha de S. Paulo* durante o período de greve, todas na editoria/caderno *Cotidiano*, porém em diferentes conteúdos jornalísticos: 06 reportagens com chamada na capa; 06 matérias com destaque na capa do caderno *Cotidiano*; 18 matérias apenas dentro da editoria; 02 notas informativas; 01 coluna de opinião (editorial).

O veículo agendou mais o tema, se comparado com a repercussão da greve dos professores do município de São Paulo. Contudo, não podemos deixar de considerar o intervalo temporal mais longo como uma possível variável explicativa.
Por essa razão, vamos ao enquadramento.

O Jornal se posicionou discursivamente, desde o início do movimento grevista, de forma contrária às suas pautas. A primeira nota publicada foi apenas informativa, com enquadramento episódico. Porém, a partir da segunda matéria, é possível identificar o enquadramento avaliativo (quando a mídia emite um juízo de valor) empregado pelo Jornal.

Em reportagem de 17 de março de 2015, um dia após o início efetivo da paralisação, informam que a greve não afetou as aulas. Vale destacar que a foto com a notícia está na capa do caderno *Cotidiano*, que tem matéria com o título: *Corte no Fies faz faculdades frearem reajustes de professor* (Linha fina: *Representantes das escolhas suspendeu negociação com 63 mil docentes em SP*). Importante destacar que o Fies é um crédito estudantil gerido pelo governo federal para financiar a graduação em instituições privadas, portanto, nada tem a ver com as demandas salariais dos docentes estaduais.

Após 12 dias de greve, em matéria do dia 25 de março de 2015, com chamada na capa do Jornal, há intenso agendamento de seus desdobramentos. Por meio de enquadramento restrito (quando uma única interpretação é colocada em evidência), afirma-se que a greve já afeta o cotidiano dos alunos. Se, por um lado os grevistas não recuam, por outro, o governador se nega a negociar.

Na mesma edição, trazem uma entrevista[13] com o secretário da Educação, Herman Voorwald, que se concentra em elaborar críticas aos docentes, dizendo que já havia se comprometido com a categoria em realizar um plano de reajustes para o próximo ano, classificando, assim, a greve como "*fora de hora*" (Em aspas na matéria: *"Foi totalmente fora de hora. No mandato anterior, demos reajustes anuais, pagos a partir de agosto. Não entendo uma greve em março."*).

O espaço concedido para o porta-voz do governo foi maior do que aquele oferecido aos professores. O posicionamento do sindicato ficou reservado apenas a uma pequena coluna, resultando em um enquadramento plural-fechado, quando mais interpretações surgem e são hierarquizadas segundo algum critério valorativo (nesse caso em relação ao teor, momento e duração da greve).

[13] https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/03/1607721-greve-e-fora-de-hora-diz-secretario-estadual-da-educacao-desao-paulo.shtml Acessado: nov.2019.

Em 26 de março de 2015, o agendamento da greve será mais intenso. Em uma das matérias produzidas pela *Folha de S. Paulo*, destaca-se uma declaração de Alckmin, que acusa a greve de ter viés político, e não se apresenta a versão dos grevistas. Um enquadramento, portanto, restrito: quando uma única interpretação é colocada em evidência.

Nesse mesmo dia, o Jornal publicou um editorial em que deslegitimava a luta empreendida pelos professores, mirando suas críticas especificamente na APEOESP. O viés discursivo fica claro no início do texto: *"232 mil servidores da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo começarão a receber R$ 1 bilhão em bônus salariais"*. Esses números, então, deveriam ser levados em conta. O Jornal, por um lado, defende a valorização dos professores, por ser uma *"profissão decisiva para o futuro do país"*, mas, por outro, diz que *"a APEOESP ultrapassou as medidas razoáveis com reinvindicações incabíveis"*. Por essa estratégia discursiva, há legitimação e fortalecimento do posicionamento do governo estadual diante da greve, pelo acionamento de um enquadramento avaliativo.

Mantendo o enquadramento anterior, a matéria do dia 14 de abril de 2015 traz em sua capa a seguinte chamada: *"Professores em greve hostilizam Alckmin*" (Linha fina: *"Há um mês parados, docentes de SP xingaram o governador e cercaram carro de comitiva antes do evento na capital"*). O olho da reportagem reforça o posicionamento do sindicato de que a ação é legitima e será repetida. No conteúdo da matéria[14], há um discurso de vitimização de Alckmin, com a frase no início do texto:

"Essa foi a primeira agenda pública do tucano após a morte do filho, em acidente de helicóptero, há 12 dias". É possível identificar, segundo análise feita por Porto (2004, p. 91), o tratamento do conflito "a partir da necessidade de atrair audiência através da ênfase em confrontações exageradamente dramáticas".

Entre as 33 matérias publicadas ao longo da greve, em alguns momentos, o Jornal colocou os professores como se em busca de uma conciliação, até mesmo apelando à Justiça para intermediar a negociação com o Estado. Porém, identificamos durante toda a narrativa do tema o pacote interpretativo (GAMSON; MODIGLIANI,

[14] https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/215947-professores-em-greve-hostilizam-alckmin.shtml Acessado: nov. 2019.

1989) da Folha na tentativa de desqualificação da luta dos docentes, contribuindo para que determinada interpretação da realidade se torne hegemônica, especialmente pela vocalização de quem está no poder e detém as fontes oficiais do governo (PORTO, 2004). Um exemplo é a matéria publicada em 28 de abril de 2015, capa do caderno *Cotidiano*, com acionamento de enquadramento restrito, em título: *"Com greve, aluno de SP vai à escola para ouvir música*", quando aborda o tema como um cenário de crise nas salas de aula, com depoimento apenas de alunos e do então governador Geraldo Alckmin, o qual afirmava: *"não existe greve de professores. Os professores estão dando aula, e os alunos, estudando [...] então, na realidade a greve é da APEOESP, da CUT. A coisa é diferente"*. Em outra matéria, 1º de maio de 2015, após 47 dias de greve, o Jornal atribuiu aos professores a instalação de um caos na cidade.

Considerações finais

A partir da análise da produção discursiva do jornal *Folha de S. Paulo*, acerca das greves dos professores da rede pública de ensino municipal (em 2014) e estadual (em 2015), concluímos que o agendamento e o enquadramento direcionaram, de forma geral, a compreensão do leitor de distintos modos, alinhando-se às intenções políticas e editoriais do veículo, fazendo emergir um paralelismo político, visto que há similitude discursiva entre o sistema de mídia analisado, o campo político e os seus respectivos atores políticos (HALLIN; MANCINI, 2010).

Para além das especificidades da cobertura das duas greves, principalmente por terem direcionado suas reivindicações a gestões de políticos diferentes (um do PT e outro do PSDB), há uma variável de uniformidade discursiva em ambos os casos: o Jornal acionou um pacote interpretativo (GAMSON; MODIGLIANI, 1989) que traz "[...] uma ideia organizadora central, ou *frame,* para dar sentido a eventos relevantes, indicando o que está em questão" (tradução nossa)[15] – de desqualificação da luta dos docentes, com exposição em sua maioria negativa ou de desvio do assunto central.

[15] "At its core is a central organizing idea, or frame, for making sense of relevant events, suggesting what is at issue" (GAMSON; MODIGLIANI, 1986, p. 03).

Vamos às anunciadas especificidades. A greve dos professores do município de São Paulo teve uma cobertura pulverizada, com diferentes temas sendo incorporados à narrativa sobre o evento. Esse agendamento, que misturava distintas temáticas, resultou em um ofuscamento das demandas da greve de sua caracterização geral. Principalmente, no que se refere à produção discursiva sobre os acontecimentos de 2014, destacamos que os enquadramentos empregados pelo Jornal tiveram como substrato discursivo a relação com assuntos referentes ao governo federal, ampliando assim o viés negativo do tratamento dispensado à presidente Dilma Rousseff e ao PT, uma vez que o jornal concentrou a cobertura do tema na editoria *Poder*, no contexto "*A Copa como ela é*".

Esse substrato discursivo, que acabou permeando todo o conteúdo produzido durante o período da greve, é de que estávamos inseridos em um ambiente caótico de insatisfação generalizada. Por essa razão, espraiavam manifestações e greves pelo país, sendo a causa fundamental dessa indignação a gestão da presidente da República, e, assim, uma solução viável para a situação vivida seria a sua retirada do cargo. Destacamos que a paralisação dos professores não estava relacionada ao governo federal e que, ao direcionar a culpa do suposto caos generalizado a um único ator político, o Jornal fez uma opção editorial pautada por determinada construção simbólica da realidade.

O agendamento da greve dos profissionais de Educação do Estado foi mais intenso. O espaço cedido à veiculação do tema foi amplo e com matérias publicadas todas as semanas e, muitas vezes, diariamente. Já em relação ao enquadramento, observamos que foi uma importante ferramenta discursiva utilizada para apresentar ao leitor uma realidade construída pelo veículo, e que se assemelha aos posicionamentos políticos do governador Geraldo Alckmin.

Assim, é corroborada a hipótese de que a produção discursiva do Jornal está intrinsecamente articulada à conjuntura política, sendo o tratamento dado às greves uma consequência do posicionamento político-ideológico do meio de comunicação. Tal constatação evidencia que agendamentos e enquadramentos atuam de forma objetiva no contexto das disputas por hegemonia.

Referências

ALONSO, A. **A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer**. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. jun 2017, p. 49-58, 2017.

ARANHA, M de L.A. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Moderna, 1996.

AZEVEDO, Fernando. **Agendamento da política.** In: ALBINO, Antonio & CANELAS, Rubim (org). Comunicação e Política. Conceitos e abordagens. Salvador: Editora Unesp, 2004.

CHICARINO, T.S.; SEGURADO, R. **A revista *Veja* e um projeto político-midiático em disputa hegemônica.** In: http://anpocs.com/index.php/43-encontro-anual-2019/2750-encontros-anuais/43-encontro/2209-programacaopreliminar?showall=&start=15

FERREIRA, Oliveiros S. **Os 45 cavaleiros húngaros***.* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

GAMSON, W.; MODIGLIANI, A. **Media discurse and public opinion on nuclear power**: a construcionist approach. American Journal of Sociology, v. 95, p. 1-37, 1989.

GOHN, M da G. **A SOCIEDADE BRASILEIRA EM MOVIMENTO: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais**. *Caderno CRH*, Salvador, v. 27, n. 71, p. 431-441, Maio /Ago. 2014.

_____. **Movimentos Sociais na contemporaneidade**. *Revista Brasileira de Educação,* n. 47, v. 16, p. 333-361, maio-ago. 2011.

_____. **Manifestações e Protestos no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2017.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel***.* A política e o Estado Moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

HALLIN, D.; MANCINI, P. **Sistemas de mídia:** estudo comparativo (três modelos de comunicação e política). Lisboa: Livros Horizontes, 2010.

MCCOMBS, Maxwell. **A teoria da Agenda.** A mídia e a opinião pública. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

PORTO, M.P. **Enquadramentos da mídia e política**. In: ALBINO, Antonio & CANELAS, Rubim (org). *Comunicação e Política. Conceitos e abordagens*. Salvador: Editora Unesp, 2004.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade***.* Uma teoria social da mídia. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.